

AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº ALT20-21-2018-04

**Ações de sensibilização e formação de
promotores de empresas e ações de que
decorra a criação líquida de emprego ou
criação de empresas**

**DOMÍNIO DA
INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO**

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº ALT20-21-2018-04

Ações de sensibilização e formação de promotores de empresas e ações de que decorra a criação líquida de emprego ou criação de empresas

1. Preâmbulo

Nos termos do artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, doravante designado por RE ISE, publicado através da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterado pelas Portarias n.ºs 181-C/2015, de 19 de junho, e 265/2016, de 13 de outubro, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.Portugal2020.pt).

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC) foi elaborado nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, bem como do n.º 3, artigo 9.º, do RE ISE e estipula o seguinte:

2. Objeto, objetivos e prioridades visadas

A promoção do empreendedorismo deve constituir um desafio permanente para o qual devem ser envolvidas as entidades com intervenção neste domínio. O empreendedorismo de base local assume um papel especialmente relevante na fixação e criação de emprego e na sustentabilidade dos próprios territórios.

O objeto deste AAC consiste em conceder apoios financeiros para a dinamização de projetos de estímulo ao empreendedorismo de base local.

Considerando que o enquadramento em causa é feito por via da Prioridade de Investimento 8.3 – Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras, do Objetivo Temático 8 - *Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores*, constitui ainda objetivo específico do presente AAC:

- Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação de emprego por conta própria e à criação de empresas;

As candidaturas devem demonstrar o seu contributo para a prossecução do objeto, dos objetivos e prioridade acima enunciados.

O presente AAC tem como enquadramento legal os artigos 74.º a 77.º do RE ISE, integrado na secção II “Apoios ao Empreendedorismo”, do Capítulo III “Empreendedorismo”, sendo cofinanciado pelo Fundo Social Europeu (FSE).

3. Tipologia das operações e ações elegíveis

São suscetíveis de apoio no âmbito deste AAC projetos de apoios ao empreendedorismo com vista à criação de emprego, na tipologia prevista na parte final da alínea e) do n.º 2 do artigo 74.º do RE ISE, a saber:

- ações de sensibilização e formação de promotores de empresas e ações de que decorra a criação líquida de emprego ou criação de empresas.

Neste âmbito, são suscetíveis de apoio projetos que incluam as seguintes intervenções:

- ações de identificação de boas práticas de estímulo ao empreendedorismo de base local, passíveis de serem replicadas, com vista à criação de valor para as economias locais, revitalizando os saberes e conhecimentos regionais, nomeadamente através de ações de *benchmarking*, numa lógica *on-going*;
- dinamização, na região, de iniciativas de deteção, de estímulo, sensibilização e de apoio ao empreendedorismo de base local, respetiva capacitação de atores e apoio à concretização de novas empresas, nomeadamente através da realização de eventos, *workshops*, utilização de plataformas digitais;
- dinamização de iniciativas para apoio ao desenvolvimento de ideias inovadoras, incluindo ações formativas não formais para empreendedores;
- ações inovadoras no âmbito da dinamização de redes locais informais para a promoção orientada da criação de emprego e/ou de empresas.

As candidaturas são apresentadas pelos beneficiários diretamente à Autoridade de Gestão, a título individual ou em parceria, nos termos previstos no artigo 7.º da Portaria 60-A/2015, de 2 de março, alterada

pelas Portaria n.ºs 242/2015, de 13 de agosto, 122/2016, de 4 de maio, e 129/2017, de 5 de abril, que aprova o Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu (FSE).

4. Natureza dos Beneficiários

São beneficiários dos apoios previstos no presente AAC, as seguintes entidades previstas na alínea f), do n.º 3 do artigo 75.º do RE ISE:

- Associações de desenvolvimento local.

5. Critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações

São critérios de elegibilidade dos beneficiários os previstos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Constitui ainda critério de elegibilidade dos beneficiários, serem Entidade Gestora de Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) no âmbito da Iniciativa Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) aprovada no Alentejo 2020.

Constituem critérios de elegibilidade das operações os previstos no artigo 3.º do RE ISE.

Para além dos critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações enunciados anteriormente, os projetos a apoiar no presente AAC têm de satisfazer as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Contribuir para o objeto, os objetivos e as prioridades enunciados no Ponto 1.

6. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação na Região NUTS II do Alentejo.

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Consideram-se elegíveis para efeitos do presente aviso de concurso apenas as despesas cuja natureza se encontre identificada no quadro seguinte:

Rúbrica	Natureza das Despesas	Regras e limites máximos de elegibilidade
Encargos com formadores e consultores	Remunerações e outras despesas de formadores e consultores	As despesas com remunerações de formadores e consultores devem obedecer às regras e limites estabelecido nos n.º 2 e 3 do artigo 14.º, da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação. As despesas com alojamento, alimentação e transporte, quando a elas houver lugar, devem obedecer às regras e aos montantes fixados para atribuição de idênticas despesas aos trabalhadores que exercem funções públicas com remunerações base que se situam entre os valores dos níveis remuneratórios 18 e 9.
Encargos com outro pessoal não docente	São elegíveis nesta rubrica os encargos com pessoal afeto à operação, nomeadamente as despesas com remunerações de pessoal dirigente, técnicos, pessoal administrativo, bem como outro pessoal envolvido nas fases de conceção, preparação, desenvolvimento, gestão, acompanhamento e avaliação da operação. São também consideradas elegíveis, as despesas com alojamento e alimentação com os colaboradores, quando a elas houver lugar.	No que concerne à acumulação das funções devem cumprir o estipulado na c), do artigo 15º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação. As despesas com alojamento, alimentação e transporte, quando a elas houver lugar, devem obedecer às regras e aos montantes fixados para atribuição de idênticas despesas aos trabalhadores que exercem funções públicas com remunerações base que se situam entre os valores dos níveis remuneratórios 18 e 9.
Encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação	Nesta rubrica são elegíveis os encargos com a aquisição de bens e serviços diretamente relacionados com as atividades da operação, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do projeto; • Aquisição, elaboração de recursos técnicos; • Aluguer/amortização de bens moveis; • Aluguer/amortização de equipamentos; • Despesas com a promoção de campanhas • Despesas com a promoção de 	O recurso ao arrendamento/aluguer de instalações/espacos e aluguer/amortização de equipamentos para a realização de atividades deve responder a necessidades objetivas das mesmas e ser devidamente justificado, quer quanto à necessidade quer quanto ao montante, tendo em conta o princípio da capacidade instalada e da boa gestão financeira, bem como o custo e vida útil do respetivo bem, no caso dos

	ações de sensibilização, de divulgação e outras atividades similares, nomeadamente as despesas com a organização e com os oradores.	equipamentos. As operações de locação financeira ou de arrendamento e aluguer de longo prazo apenas são elegíveis, para efeitos de cofinanciamento, nos estritos termos do n.º 9 e 10 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.
--	---	--

Para além das despesas não elegíveis nos n.ºs 12 a 14, do artigo 15.º dos FEEI não são ainda elegíveis as despesas previstas no n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua redação atual.

8. Critérios de seleção das candidaturas

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização dos projetos é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela seguinte fórmula:

$$MP = 0.2 \cdot A1 + 0.1 \cdot B3 + 0.15 \cdot B4 + 0.15 \cdot B5 + 0.15 \cdot D6 + 0.1 \cdot D7 + 0.1 \cdot D8 + 0.05 \cdot E9$$

Sendo:

- A1. Contributo para o alcance dos indicadores de realização e de resultado;
- B3. Relevância, exequibilidade e racionalidade do plano de negócios do projeto apresentado;
- B4. Grau de inovação e diferenciação do projeto;
- B5. Sustentabilidade prevista para o projeto após o período de financiamento;
- D6. Articulação com EDL (Estratégia de Desenvolvimento Local);
- D7. Contributo para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente;
- D8. Grau de cobertura territorial ou de público-alvo;
- E9. Existência de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género, nomeadamente quanto à prioridade ao sexo sub-representado na respetiva área profissional.

Considerando que não é possível do Programa Operacional avaliar o critério A2. Desempenho histórico dos destinatários/beneficiários, previsto na *Metodologia e critérios de seleção das candidaturas* aprovado, a sua ponderação foi transferida para o critério A1. Contributo para o alcance dos indicadores de realização e de resultado.

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito do Projeto (MP).

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 4 uma valoração elevada, 3 uma valoração média, 2 uma valoração reduzida e 1 uma valoração muito reduzida, sendo o resultado do MP arredondado à centésima.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00.

Os critérios de desempate são os previstos no n.º 4 do artigo 11.º do RE ISE.

A seleção das candidaturas é efetuada até ao limite orçamental definido no presente AAC, sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão da Autoridade de Gestão.

9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

A comparticipação pública da despesa é repartida pelo FSE (85%) e pela comparticipação pública nacional (15%), nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do REISE.

10. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste AAC revestem a forma de subvenção não reembolsável, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RE ISE, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O financiamento público a atribuir a cada candidatura deverá ser superior a 50.000,00 euros e não ultrapassar um máximo de 650.000,00 euros.

11. Duração das operações

As candidaturas apresentadas podem ter uma duração plurianual, não podendo ultrapassar os 36 meses.

12. Apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas é feita através de formulário eletrónico no Balcão Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura as entidades promotoras devem previamente efetuar o registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Ao abrigo deste AAC o prazo para a apresentação de candidatura decorre entre o dia 15 de janeiro de 2018 e o dia 30 de março de 2018 (18 horas).

Salienta-se que por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou últimos dias do prazo. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação/submissão.

13. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os documentos seguidamente indicados:

i. memória descritiva e justificativa da candidatura onde deverá constar:

- descrição do projeto com identificação da boa prática identificada, dos objetivos gerais e específicos, grau de inovação e diferenciação, designadamente territorial, metodologia de intervenção, explicitação da sustentabilidade pós-projeto e mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades e igualdade de género;
- apresentação detalhada do plano de ações a realizar (tipologias, destinatários, cronograma temporal), com fundamentação de despesas, nomeadamente ao nível da justificação do critério de imputação;
- enquadramento da articulação do projeto com a EDL aprovada e referência ao contributo do projeto para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente;
- identificação e quantificação dos indicadores de realização e de resultado, com definição da metodologia de cálculo e monitorização.

ii. Enquadramento da entidade face ao regime de IVA e identificação do método de dedução de IVA aplicado às atividades integrantes da operação objeto de financiamento.

iii. Contributo para a avaliação dos critérios de seleção.

14. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente AAC para apresentação de candidaturas cada beneficiário apenas poderá apresentar uma candidatura.

15. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pelas Autoridades de Gestão (AG) envolvidas no financiamento dos projetos no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a submissão de candidaturas ao AAC. O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

A não apresentação pelo candidato dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, no prazo de 10 dias úteis, resulta na análise da mesma com os elementos disponíveis.

Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do MP até ao limite orçamental do AAC, estabelecendo como limiar de seleção o MP do último projeto com proposta de decisão favorável.

Os candidatos são ouvidos no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

Nos termos do n.º 3 do art.º 121º do Código do Procedimento Administrativo a realização da audiência prévia referida no número anterior suspende a contagem do prazo fixado de 60 dias úteis para a adoção da decisão.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final dentro do prazo legal para o efeito (a referida reapreciação inclui análise e decisão).

As propostas para indeferimento, em sede de audiência prévia, que em resultado deste processo de reapreciação venham a obter um MP que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projetos selecionados, serão considerados selecionados e apoiados no âmbito do presente concurso.

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

A data limite para comunicação da decisão final é 29 de agosto de 2018 na qual se inclui o prazo de 10 dias úteis utilizados para resposta a pedidos de esclarecimentos, 15 dias úteis para pareceres adicionais a peritos externos e o prazo de 10 dias úteis para audiência de interessados.

16. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é formalizada mediante a assinatura de termo de aceitação, a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do RE ISE, o termo de aceitação deverá ser submetido no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da notificação da decisão.

17. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação orçamental FSE afeta ao presente AAC, enquanto comparticipação pública comunitária, é de 3.825.000,00 euros, podendo ser reforçado pela Autoridade de Gestão.

18. Obrigações ou compromissos específicos dos beneficiários

Os beneficiários ficam obrigados ao cumprimento das obrigações previstas no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O incumprimento das obrigações do Beneficiário, incluindo os resultados contratados, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução do incentivo ou a revogação da decisão, nos termos do artigo 15.º do RE ISE e do artigo 23.º Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

19. Identificação dos indicadores de resultado e de realização a alcançar

Prosseguindo uma orientação para resultados, os projetos a financiar deverão contribuir para o indicador de resultado previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 73.º do RE ISE: *“Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo auto-emprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio”*.

Ao nível da realização deve ser aferido o seguinte indicador: *“Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego”*

Serão objeto de contratualização e monitorização os resultados previstos pelo beneficiário e aceites pela Autoridade de Gestão em sede de decisão.

Na modalidade reembolso dos custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado. Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a aplicar em sede de saldo final.

Para efeitos de coerência dos resultados propostos, o beneficiário deverá apresentar em fase de candidatura o valor base de referência do indicador, quando aplicável, a metodologia aplicada, bem como o valor da meta que se propõe atingir.

20. Regime de financiamento e prazos de decisão

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pela entidade beneficiária confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A entidade beneficiária tem direito a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumprirem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão do termo de aceitação da decisão de aprovação;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo a entidade beneficiária submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação.

A entidade beneficiária fica obrigada a submeter eletronicamente, no Balcão 2020 até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a AG solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

A entidade tem direito ao reembolso das despesas efetuadas e pagas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

A entidade beneficiária é obrigada a enviar, juntamente com o pedido de pagamento de saldo, o relatório de avaliação dos resultados e das metas alcançadas por ação.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade, conformidade e razoabilidade das despesas apresentadas pela entidade, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

21. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal **Portugal 2020** (www.portugal2020.pt), os candidatos, têm acesso:

- a.** A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora e formulário de candidatura;
- b.** Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c.** A pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d.** Aos resultados deste concurso.

12 de janeiro de 2018

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

Roberto Pereira Grilo

Anexo A – Critérios de seleção e metodologia de avaliação

CRITÉRIOS

A metodologia de cálculo para seleção dos projetos é baseada no indicador de mérito do projeto (MP). Para a determinação de mérito foram desenvolvidos 9 critérios distribuídos por 4 categorias:

A - Eficácia e impacto em Resultados

Avalia o nível de contribuição para a concretização da métrica utilizada e objetivos delineados na programação para as prioridades de investimento em que as candidaturas se inserem, com principal foco na melhoria da capacitação, empregabilidade e empreendedorismo. Os critérios considerados nesta categoria privilegiam a aferição do potencial de impacto em resultado e o estabelecimento de pressupostos e metas intercalares que permitam uma correta contratualização de resultados, avaliação e monitorização dos fatores críticos de sucesso da operação.

B - Eficiência, qualidade e inovação

Pondera a racionalidade e sustentabilidade económica, bem como os recursos da operação e consequente adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (gestão inteligente dos apoios). Os critérios desta categoria deverão contemplar também a aferição da existência de medidas que promovam e/ou contribuam para a formação e a melhoria das condições de empregabilidade, incluindo o empreendedorismo.

D - Abrangência, transversalidade e enquadramento estratégico

Afere a ligação da candidatura com outras tipologias apoiadas por outro fundo estrutural. Os critérios desta categoria poderão apreciar também os níveis de cobertura territorial e do público-alvo da tipologia de operações. Pondera o alinhamento das intervenções com outros instrumentos de política pública, designadamente territorial.

E - Igualdade de oportunidades e de género.

Pondera a existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, à formação e ao mercado de trabalho.

Atendendo aos critérios e ponderadores aprovados em Comité de Acompanhamento, o indicador de Mérito do Projeto é determinado pela seguinte fórmula:

$$MP = 0.2*A1+0.1*B3+0.15*B4+0.15*B5+0.15*D6+0.1*D7+0.1*D8+0.05*E9$$

Sendo:

A1. Contributo para o alcance dos indicadores de realização e de resultado

B3. Relevância, exequibilidade e racionalidade do plano de negócios do projeto apresentado

B4. Grau de inovação e diferenciação do projeto

B5. Sustentabilidade prevista para o projeto após o período de financiamento

D6. Articulação com EDL (Estratégia de Desenvolvimento Local)

D7. Contributo para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente

D8. Grau de cobertura territorial ou de público alvo (excepto projetos de investimento empresarial)

E9. Existência de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género, nomeadamente quanto à prioridade ao sexo sub-representado na respetiva área profissional.

Considerando que não é possível do Programa Operacional avaliar o critério A2. Desempenho histórico dos destinatários/beneficiários, previsto na *Metodologia e critérios de seleção das candidaturas* aprovado, a sua ponderação foi transferida para o critério A1. Contributo para o alcance dos indicadores de realização e de resultado.